O IMPACTO DE PRÁTICAS COERCITIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS

BERNABÉ, Laise Viçosi[1]
DA SILVA, Maria Eduarda Perim[1]
TORRES, Yasmin Sader[1]
MACHADO, Thiago Pereira[2]

1 INTRODUÇÃO

As práticas educacionais parentais são utilizadas como uma forma de educação, segundo a própria convicção adotada por seus genitores. Segundo Ana Paula V. Salvador & Lidia Natalia D. Weber (2005), as práticas educacionais são estratégias adotadas pelos genitores com o intuito de suprir comportamentos que para eles são inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos julgados como aceitáveis e adequados a se reproduzir. Os pais as utilizam com o objetivo de desenvolver o senso de socialização, independência, responsabilidade e autonomia do sujeito a fim de modelar os comportamentos de seus filhos (SAPIENZA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2009).

Para nos aprofundarmos no tema escolhido para o trabalho, iremos trazer exemplos de práticas coercitivas na educação de crianças. Vamos refletir sobre o impacto das práticas coercitivas no desenvolvimento de crianças e adolescentes, procurando entender o seu efeito no comportamento em contexto de desenvolvimento pessoal. De início, buscamos uma análise não sistemática de pesquisas sobre o tema, para buscar compreender que estratégias coercitivas com correções físicas estão associadas a resultados negativos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo acarretar consequências como: comportamentos agressivos e baixa autoestima, podendo trazer riscos ao desenvolvimento saudável do sujeito. No entanto, essas práticas são compartilhadas socialmente e consideradas naturais pelas famílias, muitas vezes desconhecendo outras modalidades de parentalidade.

[1] Graduandas do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, vicosilaise@gmail.com; mariaeduardaperim@hotmail.com; yasminsader@gmail.com
[2] Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES, Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

As práticas educativas são frequentemente apontadas como fatores que podem oferecer riscos ou proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas a uma maior probabilidade de resultados negativos ou adversos durante o desenvolvimento, afetando potencialmente a saúde, o bem-estar e o desempenho social (JESSOR et al, 1995). Já elementos protetores, em contrapartida, são compreendidos como elementos ou variáveis que atuam de forma a mitigar o risco, alterar, aprimorar ou modificar a resposta de um indivíduo diante de um ambiente desafiador que poderia resultar em consequências não adaptativas. (HUTZ, 2002; RUTTER, 1985, 1987, 1996).

Segundo estudos de Mariana Souque Soares *et al* (2022), é possível observar que existe um desafio entre os adultos para conseguir educar sem utilizar a violência, tendo em vista que essa prática é de cunho cultural e cômodo. Sendo assim, é importante ressaltar a disciplina positiva (DP) teorizada por Jane Nelsen (2007) como uma nova alternativa na educação e desenvolvimento de crianças.

O objetivo deste estudo é realizar uma análise abrangente dos efeitos das práticas educativas coercitivas no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, com foco no impacto dessas práticas no comportamento.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de revisão de literatura qualitativa. O critério aplicado para a escolha dos materiais foi discorrer acerca dos temas Behaviorismo (principalmente, reforço e punição), práticas coercitivas e disciplina positiva. As pesquisas foram realizadas por meio da base eletrônica de dados dos sites Scielo, Pepsic, Google Acadêmico, além de repositórios de diversas universidades, a partir das palavras chaves: práticas coercitivas, disciplina positiva, educação parental e punição e reforço segundo Skinner.

3 DESENVOLVIMENTO

Skinner e o esquema de reforço e punição

Ao dissertar sobre o impacto de práticas coercitivas no desenvolvimento de crianças, é importante entendermos o conceito da abordagem de Burrhus Frederic

Skinner e suas obras acerca disso na análise do comportamento. O aprendizado é caracterizado como adquirir novos comportamentos e ensinar é simplesmente o arranjo de contingências de reforçamento (SKINNER, 1968). De forma geral, é a relação entre seu comportamento e suas consequências, sendo então um condicionamento operante.

Podemos considerar as consequências como mudanças ambientais em resposta a determinados comportamentos, classificadas em dois tipos: reforçadoras, quando aumentam a probabilidade de repetição do comportamento no futuro, e punitivas, quando diminuem essa probabilidade. Tanto o reforço quanto a punição podem ser classificados como positivos ou negativos. Sobre o reforço, Skinner vai trazer a seguinte reflexão:

[...] quando um comportamento tem o tipo de consequência chamada reforço, há maior probabilidade de ele ocorrer novamente. Um reforçador positivo fortalece qualquer comportamento que o produza. [...] Um reforçador negativo revigora qualquer comportamento que o reduza ou o faça cessar (SKINNER, 1982, p. 23).

Em termos de punição, a negativa ocorre quando há retirada de um estímulo positivo, diminuindo a frequência de resposta, enquanto a punição positiva é a presença de um estímulo aversivo, reduzindo a frequência de resposta ou extinguindo um comportamento. Skinner (1972) lembra que o uso da coerção produz efeitos colaterais emocionais, dentre os quais é possível citar: medo, ansiedade, raiva, mágoa e ociosidade. Medo e ansiedade são implicações comuns dos comportamentos de fuga e esquiva.

Práticas educacionais parentais

Segundo estudos de Salvador & Weber (2005), as práticas educacionais parentais podem ser fragmentadas em práticas não coercitivas (positivas) e em práticas coercitivas (negativas). A diferença entre ambas são o modo de aplicação e seus estímulos, onde a positiva se encontra em um aspecto mais respeitoso, apresentando assim para a criança reforçadores positivos e regras, e a negativa, estímulos aversivos (SALVADOR & WEBER, 2005).

As práticas denominadas como positivas consistem em práticas onde a demonstração de carinho, afeto, conhecimento sobre as atividades e atenção estão presentes e referem-se ao ensinamento de valores morais tais como honestidade, generosidade e senso de justiça (SALVO; SILVARES; TONI, 2005). Tais condutas

geram uma sensação de acolhimento na criança, visto que ela se sentirá segura ao expressar e demonstrar seus sentimentos e conquistas para com seus responsáveis, sabendo que não será julgada ou punida por isso (CONTE, 1997).

Em consonância com Conte, Caroline G. d. Salvo, Edwiges F. d. M. Silvares e Plinio M. d. Toni (2005) citam as práticas negativas, sendo em destaque: as punições inconsistentes, que ocorrem quando seus genitores punem de acordo com seu humor, sem uma razão plausível e não de modo adequado ao comportamento em que a criança tomou; a negligência, caracterizando a não atenção dos pais para essa criança, deixando a necessidade de seus filhos de lado, ocorrendo a omissão de auxílio, afeto e amor; a monitoria negativa, que se monta pelo excesso de fiscalização e de instruções que seus filhos não dão seguimento, desse modo dificultando a dependência emocional da criança com seus pais; a disciplina relaxada, que ocorre quando os pais não cumprem as regras por eles mesmo estabelecidas e assim a criança se torna revoltado e manipulador; e a de cunho de abuso físico, que ocorrem quando os pais machucam ou causam dor a seus filhos com a justificativa de que estão os educando. (SALVO, SILVARES & TONI, 2005).

Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Almir Del Prette (2002) refletem sobre três métodos utilizados pelos pais com a intenção de educar os filhos: por meio da modelagem (Teoria da Aprendizagem Social), por meio de suas consequências (recompensa e punições) e pelo estabelecimento de regras e normas, explicações e estímulos.

Levando em consideração reforços e punições, pode-se compreender que pais e filhos treinam uns aos outros. O índice da criança criar um comportamento agressivo e desafiador pode crescer quando a criança se recusa a seguir as exigências de seus pais e estes deparam-se com a inabilidade da recusa. Diante disso, o comportamento da criança pode assumir um caráter aversivo que tende a piorar se reforçado negativamente (TODOROV & MOREIRA, 2009). Segundo Skinner (1971), as práticas ameaçadoras que produzem reforço positivo imediato com consequências negativas postergadas precisam ser enfrentadas com modificação negativas imediatas para essas práticas ou fortalecer práticas alternativas com condições de substituí-las.

A importância da disciplina positiva na educação de crianças

De acordo com Nelsen (2007), “a disciplina positiva é uma abordagem que não

inclui controle excessivo ou permissividade [...] a disciplina positiva é baseada em respeito mútuo e cooperação" (2007 p. 38). Isto quer dizer que a disciplina positiva (DP) é uma forma de educação apoiada em gentileza e firmeza, onde o conceito principal é a criação de regras estabelecidas com a colaboração dos responsáveis e da criança. A DP defendida por Nelsen constitui uma das três principais abordagens para a interação entre adultos e crianças, se opondo às outras duas abordagens: o autoritarismo e a permissividade.

Uma vez que a DP busca uma disciplina efetiva a longo prazo, utilizando critérios regidos pelo desenvolvimento de senso de aceitação/importância e pelo ensino de habilidades sociais valiosas para uma boa índole (NELSEN, 2007), ela confronta o autoritarismo justamente porque punições são efetivas a curto prazo, fazendo com que a criança desenvolva raiva de quem a pune e podendo voltar a repetir o comportamento justamente para desafiar o punidor. Em relação à permissividade, a DP argumenta que uma criança que se desenvolve sem o estabelecimento de limites, "são treinadas a usar toda a sua energia e inteligência para manipular e ocupar os adultos com seus desejos" (NELSEN, 2007, p. 35).

Em resumo, a DP põe a criança em destaque, e mesmo que demore um tempo para que todas as esferas da educação adotem esse tipo de técnica, é importante que a vontade de mudar uma perspectiva não acabe, fazendo com que consigamos cumprir tal mudança significativa (FERNANDES, 2018). Com isso, aplicando a disciplina positiva e fortalecendo o respeito mútuo com as crianças, geramos adultos mais calmos, que conhecem seus limites, sabem respeitar os sentimentos de outras pessoas, conseguem resolver seus próprios problemas com conversas e escuta e são capazes de expressar e validar seus sentimentos (SANTOS, 2018; FERNANDES, 2018).

4 CONCLUSÃO

Partindo do ponto em que trouxemos pesquisas que constatam que as práticas coercitivas não são benéficas a longo prazo, sendo de cunho desleal para a criança que ainda está aprendendo a se portar e ter seus desejos sanados e levando também em consideração a disciplina positiva, que demonstra eficácia a longo prazo, utilizando métodos que incluem a criança na sua própria educação e desenvolvimento, temos em conclusão a percepção de quão ruim e prejudicial é o tratamento derivado de punições

físicas e mentais, consequentemente acarretando em traumas e distúrbios ao longo da vida da criança.

É de suma importância a necessidade da reeducação, tanto dos pais quanto das crianças, levando em conta um olhar não agressivo como resposta de suas ações, buscando uma educação onde os pais possam respeitar os limites de seus filhos e saberem que eles têm desejos e necessidades, explicando e acrescentando na educação dessa criança.

Em resumo, é essencial a aplicação da disciplina positiva e a diminuição de práticas coercitivas, pois isso contribui para que a criança se desenvolva entendendo a necessidade de acolher e lidar com seus sentimentos e emoções, se tornando um indivíduo menos violento dentro de sua família e, consequentemente, tornando a sociedade mais compreensiva e menos violenta (SOARES *et al*, 2022).

5 REFERÊNCIAS

CONTE, Fátima Cristina de Souza. Promovendo a relação entre pais e filhos. *In*: DELITTI, Maly. **Sobre Comportamento e Cognição:** A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. v. 2. São Paulo: ARBytes, 1997. p. 165-173.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Transtornos psicológicos e habilidades sociais. *In:* GUILHARDI, H. J.; MADI, M. B. B.; QUEIROZ, P. P.; SCOZ, M. C. **Sobre comportamento e cognição**: contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André: ESETEC, 2002. P. 377-386.

FERNANDES, Camila Carneiro de Mendonça. Disciplina Positiva: Uma mudança de paradigma. **Universidade de Brasília**, Brasília, 69 p., 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21681/1/2018_CamilaCarneiroDeMendoncaFernandes_tcc.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

HUTZ, Cláudio. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

JESSOR *et al*. Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental. **Developmental Psychology**, v. 31, n. 6, p. 923-933, 1995. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/1996-14634-001. Acesso em: 2 jun. 2023.

NELSEN, Jane. **Disciplina Positiva**. 3. ed. Barueri: Manole, 2007.

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal Orthopsychiatry**, v. 57, p. 316-331, 1987.

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *In*: ROLF, Jon et al (Eds.). **Risk and protective factors in the development of psychopathology** New York: Cambridge University Press, 1996. p. 181-214.

RUTTER, Michael. Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. **British Journal of Psychiatry**, v. 147, p. 598-611, 1985.

SALVADOR, Ana Paula Viezzer; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4782. Acesso em: 7 abr. 2023.

SALVO, Caroline Guisantes de; SILVARES, Edwiges Ferreira de Matos; TONI, Plinio Marco. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 187-195, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/9vBZLGndVv54p8MmXPhBksk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, Mariana Cristina da Silva. A disciplina positiva como alternativa aos outros modelos de educação. **Universidade Federal Fluminense**, Volta Redonda, 39 p, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7383/MARIANA%20CRISTINA-%20TCC.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 2 jun. 2023.

SAPIENZA, Graziela; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, E. F. M. Competência Social e Práticas Educativas Parentais em Adolescentes com Alto e Baixo Rendimento Acadêmico. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 22, n. 2, p. 208-213, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/vMG7FbmB3V5Zsd7ChFnwsLk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 abr. 2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Além da Liberdade e da Dignidade**. Ciências do Homem, 1971.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. 7. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1968/1982.

SKINNER, Burrhuss Frederic. **Tecnologia do Ensino**. 1. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

SOARES, Mariana Souque *et al*. A disciplina positiva como método no desafio de educar sem violência. **Kiri-kerê**, Vitória, v. 1, n. 12, p. 99-115, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/33606. Acesso em: 1 jun. 2023.

TODOROV, João Cláudio; MOREIRA, Márcio Borges. Psicologia, comportamento, processos e interações. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 404-412, 2009.

Disponível em:
https://www.scielo.br/j/prc/a/5zWLP5rvHzvFxtYQP4VVsHH/?format=pdf&lang=pt.
Acesso em: 10 abr. 2023.